

## Partitura Musical: um instrumento de investigação em História da Educação

Jane Borges  
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da FE-USP  
Professora do Departamento de Música da FAMOSP e da FTBSP  
e-mail: [janeborg@usp.br](mailto:janeborg@usp.br)

### Sumário:

Este texto pretende examinar a possibilidade da utilização de partituras musicais como fontes impressas de comunicação. O ponto de partida dessa abordagem deu-se ao pesquisarmos sobre o ensino musical nas escolas paulistas, no período de 1880 a 1930, para nossa tese de doutorado, que se encontra em andamento. Temos coletado, organizado e analisado documentos em fontes primárias, dentre os quais, partituras musicais da época citada.

**Palavras-Chave:** Educação Musical, Partitura Musical, História da Educação, Fontes Impressas

Observamos que estudos sobre impressos de utilização pedagógica e seu uso nas escolas têm-se tornado um importante campo de investigação historiográfica. O interesse em estudar livros escolares, revistas, boletins, bibliotecas escolares, imprensa periódica especializada em educação, arquivos escolares, coleções dirigidas a professores tem despertado em diversos pesquisadores um aprofundamento no âmbito de uma história material da circulação do impresso e propõem uma investigação pela pluralidade.

Nessas investigações, o impresso passa a interessar como objeto, no duplo sentido de objeto da investigação e de objeto material, cujos usos, em situações específicas, se quer determinar. A materialidade desse objeto passa a ser o suporte do questionário que orienta o investigador no estudo das práticas que se formalizam nos seus usos. É a ênfase nesses usos que desloca o olhar do historiador da educação dos modelos pedagógicos (tenham eles o caráter de leis, regulamentos, preceitos, doutrinas ou sistemas pedagógicos) para a multiplicidade dos dispositivos materiais em que se inscrevem, como produtos culturais determinados, e para as práticas diferenciadas de apropriação deles. (Biccás e Carvalho, 2000: 63).

Entendemos que esta outra abordagem, qual seja, o estudo das partituras musicais utilizadas no ensino de música nas escolas, encaixa-se na história do impresso, e esta deve ser entendida como história de uma prática cultural, segundo Chartier. Vale acrescentar que, segundo seu pensamento “*falta às enumerações dos livros impressos ou possuídos uma questão central, a dos usos, manuseios, das formas de apropriação e de leitura dos materiais impressos*”. (Chartier, 2001: 77). Refletindo sobre estas questões é possível encontrar uma diretriz de trabalho que se configura pelo estudo específico da partitura, com o intuito de focalizar a maneira como os professores faziam uso, manuseavam e se apropriavam da música que utilizavam nas escolas.

No Brasil lidamos ainda com grande limitação de pesquisas na área de educação musical, principalmente no período que nos propusemos a estudar. Portanto, entendemos como sendo de fundamental importância a localização e sistematização de materiais que possibilitem uma maior compreensão do período, além de gerar instrumentos de pesquisa em História da Educação. Estamos propondo a eleição de partituras também como objeto de estudo, pois compreendemos que estas pesquisas podem permitir que o historiador da educação musical amplie suas fontes tradicionais.

Dentre os novos objetos que vão sendo incluídos nos trabalhos de historiadores da cultura, os impressos, as revistas e os periódicos constituem fontes privilegiadas. No que diz respeito aos estudos sobre história da educação brasileira, esse tipo de documentação permite que se

ultrapasse a mera história das idéias pedagógicas. Ao relocalizar o texto e o uso a que foi submetido, o pesquisador consegue fazer o que Chartier (1987) designa por “captar a história de determinado impresso” e, assim perceber os conflitos, maiores ou menores, que ocasionou desde sua produção até sua circulação e sua apropriação pelos leitores. (Vilela, 2004: 402).

Um outro aspecto de extrema importância e que merece a nossa atenção é a necessidade de uma preocupação constante em relação ao acesso, organização nos arquivos e conservação das partituras. Geralmente encontramos dificuldades para acessar um material mais antigo se o mesmo não tiver sido reeditado. Devido a essa dificuldade na consulta desses materiais surge uma outra questão, qual seja a de organizar instrumentos de identificação e de descrição das partituras. Torna-se necessário então a utilização de bibliotecas, arquivos escolares ou mesmo de acervos particulares onde nem sempre as partituras recebem o devido cuidado.

Todos que lidamos com documentos nos/dos arquivos públicos brasileiros sabemos o quanto as práticas de arquivos interferem positiva ou negativamente nas pesquisas. Não apenas a forma como eles estão organizados (ou, na maioria das vezes, desorganizados), mas também a ausência de guias de fontes tornam, por vezes, nossas pesquisas extremamente penosas. (Faria Filho, 1998: 96).

A partir deste momento nos propomos a trazer alguns dados que ajudarão na identificação deste tipo de impresso: a partitura. Sentimos essa necessidade por se tratar de um impresso com características próprias e com algumas particularidades.

Em sua dissertação de mestrado Janice Gonçalves (1995) aponta que antes da repetição mecânica do som (rádio, gramofones, etc.), havia duas maneiras de circulação e reprodução de música. Uma, a notação musical – expressa principalmente pela partitura – e outra a circulação oral.

O aparecimento da imprensa trouxe consigo a possibilidade de mecanismos para a transmissão do conhecimento que não mais dependiam da tradição oral. O registro da música na partitura veio colaborar para sua permanência no tempo e a projeção no futuro, com características particulares, pois, enquanto o livro oferecia imediatamente a obra a quem soubesse ler, a partitura demandava ainda a etapa mediadora do intérprete, ou seja, alguém que pudesse decifrar os símbolos musicais designados e registrados na partitura pelo compositor.

O controle do compositor sobre a obra cresceu e, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, a restrição à liberdade de improvisação aumentou bastante, com os compositores começando a abandonar o uso de baixo contínuo, escrevendo todo o acompanhamento, e a incluir a ornamentação, antes improvisada, nas linhas melódicas. A música romântica, no século XIX, ampliou esta tendência. (...) As partituras ganharam mais sinais de dinâmica e expressão, numa tentativa clara de se aumentar o controle sobre a obra. (Rocha, 2001: 211).

No final do séc XIX o sistema de notação musical experimentou grande avanço, sendo a atividade do intérprete distinta da do compositor. Ao compositor coube a tarefa de escrever detalhadamente o que gostaria que fosse executado e ao intérprete coube cada vez mais submissão e fidelidade ao texto escrito, servindo como um mediador entre o compositor e o público.

Tecnicamente, o século XIX ofereceu aos compositores a possibilidade de precisão no que se refere ao andamento e à altura absoluta dos sons. No primeiro caso, o metrônomo, inventado por Maelzel e utilizado já por Beethoven, veio permitir que o andamento fosse marcado com muitíssimo mais rigor do que no passado, pois passou a existir, como referência, uma norma numericamente controlável. (...) Quanto à altura absoluta dos sons, o diapasão, usado a partir de 1859, proporcionou um ponto de referência estável para a afinação dos instrumentos, o que pôs fim a especulações que, por muitos séculos, variavam de acordo com épocas e lugares. (Massin, 1997: 116).

A partitura é um tipo de impresso que apresenta algum diferencial de outros impressos, possui particularidades em sua produção, circulação e uso. Formada por signos musicais, dentro de um código específico e próprio, “a partitura é um texto que o intérprete deve ler, compreender e transformar em um processo relacional de sons, na ordem estética dada pelo compositor no âmbito

da forma” (Reis, 2001: 496), tendo como possível leitor um segmento de público definido. É possível imaginar a tarefa do intérprete como a de um tradutor, que se dedica a um texto poético para reescrevê-lo em outra língua.

A ambigüidade dos signos de que o compositor se serve para transmitir suas idéias musicais dá à notação uma flexibilidade que lhe permite adaptar-se a diferentes contextos estilísticos e pessoais. Com isso, a notação cobre diversas funções: orienta a execução do intérprete, proporciona um repertório em que o compositor vai buscar as ferramentas necessárias para comunicar o que ainda está só em projeto, conserva o que deve aparecer como arcabouço da obra e, dessa forma, possibilita analisá-la, classificá-la.

Contudo a confiança no escrito parece-nos às vezes por demais presente, pois a notação só nos dá um quadro teórico abstrato, que ganhará corpo com a intervenção do intérprete. (Massin, 1997: 99).

Vera Jardim (2003), em sua dissertação de mestrado tem como objetivo “reconstruir historicamente a disciplina do ensino musical” no Brasil, no período de 1890 a 1930. A autora faz um levantamento de questões específicas do ensino musical na escola em São Paulo, dos métodos utilizados, da organização de um material pedagógico próprio para as aulas de música e afirma:

É conveniente explicitar que a capacidade de leitura e compreensão/execução de uma partitura era fundamental nesse momento, tanto para fins eruditos quanto para populares, em que os meios de comunicação musical praticamente não existiam e, ao mesmo tempo, ocorria uma prática musical disseminada em São Paulo. Para que houvesse a divulgação e popularização dessa forma de expressão tornava-se necessário socializar o código – notação musical. (Jardim, 2003: 82).

Houve então uma preocupação em inserir o ensino da leitura musical, orientações sobre o canto, sobre a correta emissão e higiene da voz, bem como um incentivo à prática musical nas escolas. Questões específicas do ensino da música foram trazidas pelos educadores da época e amplamente divulgadas na *Revista de Ensino* e na revista *A Eschola Pública* com o objetivo de orientar aos professores nas questões metodológicas e na sistematização e unificação dos programas. “*A exemplo dos procedimentos da escola para o ensino das letras, dos números, dos desenhos, parece ter havido uma adaptação aplicada ao ensino da escrita musical*”. (JARDIM, 2003:81). A temática do ensino da música foi difundida também através de conferências que foram publicadas nos jornais *Diário Paulista*, *Comércio de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, refletindo nos dispositivos legais que surgem a seguir e que passam a vigorar no ensino da música.

Ao procedermos a análise das partituras publicadas no período estudado, é possível perceber que algumas eram manuscritas e outras editadas. Gonçalves (1995) relata a passagem da partitura manuscrita para a partitura editada, enfatizando a difusão da música e do seu código escrito ao ser impressa. Fornece também um catálogo das partituras impressas na cidade de São Paulo no período de 1850 a 1900 e das casas editoriais que se instalaram na cidade, indicando o crescimento comercial vinculado à venda e edição de partituras.

Ikeda (1988) aponta em sua dissertação de mestrado que houve um aumento das casas editoriais de música, em São Paulo, no período estudado e justifica este fato pela abertura do mercado de trabalho para os músicos. Nessa época os músicos eram contratados pelos cinemas, cafés, bandas e outros espetáculos musicais.

A editora de música teve para o músico popular deste período praticamente a mesma importância que teve a indústria do disco após a década de 30. Ainda, na devida proporção, as casas de instrumentos e partituras musicais tiveram nesse tempo o mesmo vigor das lojas de disco da atualidade. (Ikeda, 1988: 101).

Os educadores da época sentiram a necessidade de criar uma cultura musical específica e a partir desse pensamento diversos compositores escreveram obras para serem ensinadas nas escolas. Prepararam um repertório didático, composto especialmente para a atividade escolar e adequado aos objetivos educacionais da época. Na *Revista de Ensino* de junho de 1911 encontramos um artigo

sobre o canto nas escolas, ressaltando a necessidade do cuidado com a escolha das canções. Observem os quesitos apontados:

- 1º. Que a melodia não ultrapasse o alcance da voz simples (não educada) fixada na oitava de Do (suplementar inferior a Do no 3º espaço).
- 2º. Que a melodia não seja demasiado saltitante, nem exija agilidade vocal, seja fácil e modulada por graus conjuntos.
- 3º. Que não tenha saltos difíceis (ascendentes ou descendentes), com intervalos de 5ª aumentadas, 7ª maiores ascendentes e os de 7ª diminutas descendentes.
- 4º. Que a melodia seja fraseada de modo a tornar a emissão fácil e espontânea.
- 5º. Que a trama melódica não se estenda totalmente ao extremo da voz, com notas mais médias e fáceis para todos.

A seguir destacamos algumas composições escolares, do período estudado, que foram publicadas e ainda hoje são encontradas em arquivos escolares ou bibliotecas públicas.

O *Álbum de Música da Eschola Modelo Caetano de Campos*, datado de 1897 é uma coleção de trinta e uma canções, escritas para canto com acompanhamento de piano. A *Coleção de Hinos e Canções*, de autoria do inspetor José Carlos Dias, datada de 1911 e *Berços e Ninhos – cançonetas escolares*, compostas por João Baptista Julião, foram publicadas em 1915. Outras obras de Julião, posteriores a 1930: *Hinos e cantos escolares*, *Cânons escolares*, *Hinos Escolares*, *Melodias Escolares (em três volumes)*. A partir de 1915, Honorato Faustino publicou *Repertório Escolar*, em fascículos, “*uma série de cantos infantis e cenas escolares ornadas de música, especialmente escritos para as escolas brasileiras*” (Jornal de Piracicaba, 16/03/1915, p.1) e em 1929 organizou *Cantos a duas, três e quatro vozes para orfeões infantis*. João Gomes Jr. publicou entre 1921 e 1922 três séries de *O Orpheon Escolar*, em 1924 *Cantigas da minha terra* e em 1926 *Canções Brasileiras*. Muitas destas músicas foram publicadas na *Revista Escolar* a partir de 1925.

Ao realizarmos as leituras para a elaboração deste trabalho, observamos que pesquisadores de vários países têm mostrado interesse pelo conhecimento e a sistematização de informações acerca dos periódicos especializados em educação. Com um estudo mais detalhado acerca dos periódicos, poderemos encontrar maiores informações sobre outras partituras que possam ter sido publicadas em periódicos pedagógicos, não só no Brasil como em outras partes do mundo.

Esperamos que os argumentos encontrados nos autorizem a considerar uma partitura como fonte impressa de comunicação, mesmo que as questões metodológicas ainda necessitem de um aprofundamento teórico. Destacamos ser necessário um intenso trabalho de cruzamento de fontes.

## Referências Bibliográficas

- Biccas, Maurilane Souza; Carvalho, Marta Maria Chagas de. “*Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a Revista do Ensino*”. In: Carvalho, Marta Maria Chagas de; Vidal, Diana Gonçalves. *Biblioteca e formação docente: Percursos de leitura (1902-1935)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Catani, Denice Bárbara; Souza, Cynthia Pereira de. “*A geração de instrumentos de pesquisa em História da Educação: estudos sobre revistas de ensino*”. In: Vidal, Diana Gonçalves; Hilsdorf, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo, Edusp, 2001.
- Chartier, Roger. “*Do livro à leitura*”. In: Chartier, Roger, *Práticas da Leitura*. 2ª. edição revista. Estação Liberdade. 2001.
- . (Org.). *Les usages de l'imprimé: XV-XIX siècles. Ouvrage publié avec lê concours du Centre National dès Lettres*. Paris: Librairie Arthème Fayard: 1987.
- Faria Filho, Luciano Mendes de. (Org.) *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

- Gonçalves, Janice. *Música na cidade de São Paulo (1850-1900): o circuito da partitura*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.
- Ikeda, Alberto Tsuyoshi. *Música na cidade em tempos de transformação. São Paulo: 1900-1930*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA-USP, 1988.
- Jardim, Vera Lúcia Gomes. “*Os sons da República*”: o ensino da música nas Escolas Públicas de São Paulo na Primeira República – 1889-1930. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2003.
- Massin, Jean & Brigitte. *História da Música Ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- Reis, Sandra Loureiro de Freitas. “*Musicologia e Filosofia: mimesis na linguagem musical*”. In: Anais do XIII Encontro Nacional da ANPPOM, vol. II. Belo Horizonte: ANPPOM, 2001.
- Rocha, Fernando de Oliveira. “*Notação e Improvisação: O exemplo de Onze*”. In: Anais do XIII Encontro Nacional da ANPPOM, vol. I. Belo Horizonte: ANPPOM, 2001.
- Vilela, Marize Carvalho et al. “*Estudo de periódicos: possibilidades para a história da educação brasileira*”. In: Menezes, Maria Cristina (Org.) *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras: 2004.